

O CONFLITO NA COSTA DO MARFIM E AS MISSÕES DE PAZ DA ONU

Renato Matheus Mendes Fakhoury¹

RESUMO HISTÓRICO

A aparente impressão de estabilidade no continente africano, “reorganizado” ao modelo de Estados-Nação na época colonial, foi construída pelas principais potências do período. Sob a escusa de levar o desenvolvimento às terras ao sul, esses poderes traçaram um mapa no continente, dividindo etnias e colocando no poder “grupos etnorreligiosos díspares, heterogêneos e culturalmente assimétricos”.²

O território primariamente identificado como Costa do Marfim surgiu anexado ao Alto do Rio Volta, região sob ocupação francesa, em 5 de setembro de 1932. Dadas as vantagens colonialistas de se formarem territórios contíguos, em 1947 a colônia do Alto Volta foi restabelecida e seu sudoeste fragmentado e dividido entre as colônias do Níger, Costa do Marfim e do Sudão Francês. Independente do traçado político dos recém-estabelecidos Estados nacionais (séc. XX) e à ausência do estabelecimento físico de frontei-

ras, havia o constante deslocamento transfronteiriço de grupos étnicos, os quais não foram considerados no processo de reforma política africano da conferência de Berlim por parte das metrópoles europeias.³

Durante o período da Guerra-Fria e os seus consequentes movimentos de descolonização, surgiu na África a necessidade de inserção internacional – visto que o continente não conseguia encontrar um posicionamento único no sistema bipolar nem nas nascentes organizações internacionais – ao mesmo tempo em que a Conferência de Bandung (1955) rejeitou o alinhamento aos dois blocos antagonísticos existentes. Surgiu, deste cenário, a Organização da Unidade Africana (1963), que, ao mesmo tempo em que tentava projetar posicionamentos únicos para a totalidade do continente africano frente à um mundo cada vez mais globalizado, manteve praticamente as mesmas fronteiras coloniais, adotando o princípio de integridade territorial (*uti possidetis juris*). Enquanto isso, a mobilidade transnacional possibili-

tou que cidadãos criassem identidades étnico-culturais de nações de outros países que não os seus próprios.⁴

A Costa do Marfim, que conquistou independência política em 1960, é composta por cerca de 80 grupos étnicos, concentrados em oito blocos fundamentais: Akan, proveniente de Gana; Krou, da Libéria; Mandigo e Malinke, do Mali; Dan, da Guiné; Senoufo, Koulango e Lobi, de Burkina Faso. Mesmo num cenário favorável para fusão étnica, isso não chegou a ocorrer. No norte, a população de maioria muçulmana é frequentemente relacionada à Burkina Faso – sendo vistos como cidadãos de segunda classe, enquanto que os nativos do sul se consideram marfineses autênticos.⁵

Após a independência, o Estado marfinês manteve o mesmo pilar econômico que o sustentou durante a colônia: a plantação extensiva do cacau⁶, através da adoção de uma política agrícola que necessitava da força de trabalho dos migrantes de países próximos, notadamente da Libéria,

Mali e Burkina-Faso. Tais movimentos migratórios eram motivados pelo fato de que as populações vizinhas viam o crescimento econômico da Costa do Marfim (a maior produtora mundial de cacau) como uma das principais maneiras para garantir sua sobrevivência, ao mesmo tempo em que alcançavam melhores condições de vida. Além do cacau, a Costa do Marfim é importante produtora de café, óleo de coco, látex e algodão.⁷

O primeiro presidente do país, Félix Houphouët-Boigny (governante de 1960 até 1993), tentou adotar uma política social que seguia os preceitos do “diálogo e da paz”, transformando a Costa do Marfim em “uma terra de acolhida”. Tais ideais, seguidas do crescimento econômico e de medidas de abertura política no país (como por exemplo a concessão de dupla nacionalidade aos habitantes da África Ocidental), fizeram com que este se tornasse um dos principais atratores de capital humano ocidental na África, notadamente da França. Ao mesmo tempo, entretanto, tal movimentação demográfica começou a criar no país indícios de movimentos xenófobos, tornado explícito, como exemplo, com a perseguição da comunidade yorubá, segundo maior grupo étnico da Nigéria e que durante o período teve suas propriedades usurpadas.⁸

O presidente Boigny também se tornou bem-sucedido em matéria de dividir a renda nacional, através de medidas sociais e do posicionamento estratégico de pessoal de confiança em cargos do governo. Durante a Guerra-Fria, o país demonstrou-se alinhado ao bloco capitalista ocidental, tendo na França um grande parceiro econômico-comercial. O fim do bipolarismo mundial, entretanto, provocou abalos não só nas principais eco-

nomias globais como também nos países vistos como secundários, e a economia da Costa do Marfim entrou em processo de recessão.

Isto possibilitou que a antes tímida Frente Popular Ivoiriense (FPI)⁹, representada pela figura de Laurent Gbagbo, tentasse lugar nas eleições. Apesar da derrota de Gbagbo frente à Boigny, visto como pai da nação marfinense, houve a concessão de cadeiras importantes no congresso à oposição. A saúde frágil do presidente Boigny e o descarrilhamento econômico do país, aliados à noção de que grande parte da recuperação econômica da África Ocidental somente viria com a “limpeza” financeira na Costa do Marfim, fizeram com que o ex-diretor do Banco Central da África Ocidental, Alassane Ouattara, fosse nomeado primeiro-ministro. Isto o colocava como segundo homem mais poderoso na administração do país, mas inelegível caso algo ocorresse com o presidente. O Artigo II da Constituição determinava que, caso ocorresse a morte do titular, o presidente da Assembleia Nacional agisse como interino até a convocação de novas eleições. Embora suas medidas tenham, de fato, contribuído para revigorar as contas do governo, sua política de concessão de licenças de residência aos estrangeiros habitando a Costa do Marfim fez com que seu governo se tornasse impopular entre a população marfinense.

Com a morte do presidente Boigny em 1993, instaurou-se a dúvida de quem deveria assumir o controle do país, que já enfrentava uma forte crise econômica e social. Enquanto Ouattara sentia-se sucessor natural do chefe de Estado, o presidente da Assembleia Nacional, Henri Konan Bedie, invocara o Artigo II da constituição¹⁰ e colocara-se no cargo.

Isso fez com que Ouattara criasse um partido político próprio – *Rassemblement Démocratique Africain* (RDR), e logo depois fosse assumir a diretoria africana no Fundo Monetário Internacional.

O sentimento político de secessão do país, evidenciado pela discriminação à população estrangeira e pelas diferenças sócio-econômicas norte-sul, criou também a *Ivoirité*, doutrina multidimensional que no governo Bedie significou a colocação do modelo do grupo étnico Akan como o marfinense ideal.¹¹ Esta colocava que o marfinense natural seria aquele filho de marfinenses que nasceram na Costa do Marfim, e, na prática, eliminava Ouattara da corrida presidencial (devido à sua descendência burquinense por parte paterna), tornava legais medidas de limpeza étnica e perseguição, e aniquilava qualquer possibilidade de governo consociativo que pudesse ter existido. Além disso, colocava os estrangeiros e cidadãos do norte do país, de descendência muçulmana, em situação de inferioridade.

Concomitantemente à esta crise política, estava a questão das reivindicações de soldados em operações de paz na República Centro-Africana. Reivindicando o pagamento de seus soldos, os soldados foram às ruas em 1999, e receberam o apoio de militares insatisfeitos do exército marfinense. Juntos, depuseram o presidente Bedie em 24 de dezembro e colocaram no poder o General Robert Guei.

Durante seu governo, o General renunciou as medidas de limpeza étnica realizadas no norte do país devido à política de *Ivoirité*, ao mesmo tempo em que negava categoricamente quaisquer suspeitas que seus companheiros de coligação seriam aliados



General Chefe do Estado-Maior e as Forças Nouvelles da Costa do Marfim

do ex-Primeiro Ministro Ouattara. Por um tempo, foi visto como uma figura de transição da reforma política, que não obstruiria o processo democrático e que promoveria medidas úteis ao país durante a crise. Entretanto, Guei demonstra favorecer sua família durante o governo, promovendo-a aos cargos públicos.

Ao serem programadas novas eleições, validaram-se somente às candidaturas do General e de Laurent Gbagbo, com o segundo ganhando com uma diferença mínima. Pode-se dizer que a impopularidade da classe militar deva-se principalmente ao fato de que esta falhou em reformular as instituições políticas como havia sido esperado, e, conseqüentemente, em movimentar a economia durante os tempos de crise.¹²

Quando uma tentativa de golpe de Estado promovido por uma facção das forças armadas falhou em setembro de 2002, o grupo, desmembrado do exército, abriu uma rebelião aberta contra as forças do governo – tendo como motivo os boatos de que a morte de Robert Guei em outubro de 2000 teria sido causada pelo governo como forma de represália ao assas-

sinato do Ministro do Interior e da Descentralização, Emile Boga Dougou durante o golpe anterior.

As forças rebeldes, em fase inicial, derrotaram as do governo no norte e em parte do centro do país, estabelecendo-se em Bouaké – a segunda maior cidade em termos de desenvolvimento industrial e econômico da Costa do Marfim. A derrota estrondosa das forças leais ao governo pode ser explicada pela situação do país na pós-colonização. Desde que a Costa do Marfim tornou-se independente, contava com a ajuda francesa para operações de policiamento e de defesa externa. Mesmo durante a guerra-fria, a França atuou em países da África Francófona em conflitos intra-estatais apoiando governos, visando a manutenção do *status quo* e da balança de poder no continente. Quando cor-

tou esse tipo de auxílio na década de 1980, devido à adoção de políticas de não intervenção na África pelo governo socialista francês, as forças marfinenses foram sucateadas e extremamente burocratizadas.¹³

Surgiram, neste mesmo cenário, dois outros grupos rebeldes no oeste marfinense, co-relacionados com o assassinado General Guei: O *Mouvement Populaire Ivoirien du Grand Ouest* (MPIGO)¹⁴ e o *Mouvement pour la Justice et la Paix* (MJP)¹⁵. Tais movimentos serviram para desestabilizar ainda mais o governo central, forçando-o a lutar em várias frentes, e controlaram os territórios ricos em recursos minerais do sudoeste, importante fonte de renda para o tesouro nacional.

Neste momento, as forças francesas intervieram no conflito. Com uma justificativa baseada na obrigação moral de apoiar o governo eleito da Costa do Marfim, a França levou o assunto da guerra para o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU) e para a Co-



Tropas francesas na Costa do Marfim

munidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEEAO).¹⁶ Isto culminou na formulação da Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim, e na decisão de que a CEEAO tivesse uma ação diplomática própria. A presença dessas instituições pressionaram o estabelecimento de acordos diplomáticos, como foi o caso de do acordo de Accra – que estabeleceu zonas de trégua entre os combatentes, principalmente no norte do país, e do Acordo de Marcoussis, sediado na França. Este último contou com a presença política do Secretário-Geral das Nações Unidas, de políticos africanos influentes e do presidente da União Africana. Criou-se desta negociação o Governo de Reconciliação Nacional, que contemplou a ampla maioria das partes envolvidas no conflito – as forças do governo e as chamadas *forces nouvelles*.¹⁷ A questão de nacionalidade, de importância ímpar para os nortistas, foi contemplada através de uma emenda constitucional, ao mesmo tempo em que a permissão de residência previamente estabelecida pelo governo Boigny, principalmente à cidadãos do Mali e de Burkina-Faso foi revogada. Isto também possibilitou que o presidente

Gbagbo se mantivesse no poder.

Após um período de paz entre as partes envolvidas no conflito, o embate conhecido como a Segunda Guerra Civil da Costa do Marfim tomou lugar em 25 de Fevereiro de 2011, dada a vitória de Alassane Ouattara nas eleições de 28 de Novembro de 2010. O antigo presidente e derrotado nas eleições, Laurent Gbagbo, não aceitou os resultados eleitorais e, com o apoio das forças armadas, manteve-se no poder. As milícias de Ouattara tomaram o norte do país em Março de 2011, fazendo com que Gbagbo se entrincheirasse na maior cidade do país, Abidjan.

O conflito foi estabilizado quando as forças de Ouattara entraram em Abidjan, com o apoio de tropas da ONU e da França – partindo do princípio da legalidade do processo eleitoral que o elegera, e Gbagbo foi capturado em sua residência.¹⁸ Embora o embate tivesse curta duração (2010-2011), uma série de violações de direitos humanos foram relatados por organizações internacionais, incluindo massacres como o ocorrido na cidade de Duékoué, quando, em 29 de março

de 2011, ao menos 800 pessoas foram mortas por forças de ambos os lados.

O ENVOLVIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

As organizações internacionais foram envolvidas no conflito logo ao seu início. Com a onda de violência na Costa do Marfim, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS)¹⁹ estava melhor preparada para intervir do que já estivera em outros casos na região.²⁰ Realizaram-se reuniões envolvendo chefes de Estado da Organização, iniciando o primeiro contato entre os rebeldes e as forças do governo na Costa do Marfim. A ECOWAS então, já operando em solo marfinense, solicitou que os Estados africanos e a França levassem o assunto ao Conselho de Segurança da ONU.²¹

O assunto foi primeiramente discutido no CSNU em 2003, quando se determinou que a situação na Costa do Marfim representava uma ameaça à paz internacional e à segurança na região. A resolução 1464, de 4 de Fevereiro de 2003, autorizou os Estados-Membros da ECOWAS e a França a enviarem tropas e tomarem todos os passos necessários para garantirem a segurança e liberdade de seu pessoal, assim como a proteção de civis ameaçados por violência física em suas zonas de operação.²²

A Resolução 1479, de 13 de maio de 2003, criou a Missão da ONU na Costa do Marfim (MINUCI), em ajuda às forças francesas e da ECOWAS, e estabeleceu pontos de cooperação entre os dois, assim como reiterou o pedido de que fossem tomadas todas as medidas necessárias para prevenir maiores violações dos direitos humanos e para que fossem encontradas soluções para deslocados e refugiados.²³

Stefan Meiseldl/CC



Carro da ONU incendiado por jovens em Abidjan



Campo de refugiados Bahn na fronteira Liberia-Costa do Marfim

A resolução 1514, por sua vez, de 13 de Novembro de 2003, manteve a MINUCI até Fevereiro de 2004 e pediu informações do Secretário-Geral da ONU (SGNU) sobre a possibilidade de aumento da presença da ONU no país.²⁴ A resolução 1527, de 04 de fevereiro de 2004, estendeu o mandato da MINUCI até o dia 27 de Fevereiro e requereu ao SGNU que, pendente a decisão de nova reunião do Conselho de Segurança, preparasse o lançamento de uma operação de peacekeeping em até cinco semanas após a decisão do Conselho.²⁵

O relatório do SGNU das Nações Unidas S/2004/03, expedido em janeiro de 2004, serviu como instrumento apontador do panorama na Costa do Marfim, advogando acerca dos tipos de violação aos direitos humanos praticados contra civis

encontrados durante visitas ao país que incluíam tortura, abusos físicos, assassinatos e revistas não autorizadas. Ele também apontou a ineficácia das instituições no país e o impacto da crise política e militar na economia. Ademais, citou como principais objetivos de uma possível missão de paz no país assumir e reforçar o papel da Missão da ECOWAS na Costa do Marfim (ECOMICI) na Zona de Confiança criada para dividir os lados do conflito.²⁶ A Força Unicórnio, estabelecida no país pela França, deveria ficar de prontidão para dar respostas rápidas em casos de conflitos fora da Zona de Confiança.

A resolução 1528, de 27 de fevereiro de 2004, estendeu o mandato da MINUCI e da ECOWAS até 4 de abril, assim como criou a Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim

(UNOCI), com mandato inicial de 12 meses.²⁷ O envio de 6.240 militares abrangeria setores-chave, como repatriação, proteção ao pessoal da ONU, instituições e civis, informações públicas e a promoção do mandato da lei e ordem.

Agindo de acordo com o Capítulo VII da Carta, o Conselho de Segurança, mediante sua resolução 1528 (2004), de 27 de Fevereiro de 2004, estabeleceu sua Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (UNOCI), à partir de 4 de Abril de 2004 com mandato de facilitar a aplicação do acordo de paz firmado em Janeiro de 2003 pelas partes da Costa do Marfim. Devido às eleições presidenciais de 2010 e a crise política que teve continuação na Costa do Marfim, a UNOCI permaneceu sobre o país para proteger os civis, prestar bons serviços e apoiar o novo

governo com o desarmamento, a desmobilização e reintegração dos ex-combatentes, assim como na reforma do setor de segurança e inspecionar e promover os direitos humanos.²⁸

As resoluções posteriores expedidas pelo CSNU pediram que as partes respeitassem os cessar-fogos firmados, o que não aconteceu. A estratégia adotada pelo Conselho de Segurança foi a de criar uma zona de separação entre os dois lados combatentes, na chamada Zona de Confiança. Durante todo o período do conflito, os relatórios emitidos pela ONU citam a evacuação de estrangeiros, assim como a atuação de milícias – em um primeiro momento nas regiões de Man e Guiglo, restringindo o movimento de grupos de ajuda humanitária. As milícias, de acordo com a Comissão Nacional pelo Desarmamento, Desmobilização e Reintegração, somavam em 2005 cerca de 10.000 combatentes, mas havia divergências acerca de seus efetivos entre fontes e entrevistas realizadas com os líderes que agiram tanto tomando partido do governo quanto dos rebeldes.²⁹

Ao se considerarem os grupos que tiveram atuação ao longo de todo o conflito, destacam-se, entre outras, as Forças Republicanas da Costa do Marfim (*Forces Republicaines de Cote d'Ivoire*; FRCI), que atenderam a autoridade do presidente Laurent Gbagbo. Durante a história da Costa do Marfim, observou-se que seu efetivo até as décadas de 1980 e 1990 era extremamente dependente de auxílio e supervisão da França. Durante as duas guerras civis que o país sofreu, as forças se concentraram ao Sul da Costa do Marfim, ao torno da capital Abidjan, separadas das demais por meio da Zona de Confiança estabelecida pela Organização das Nações



Zona de Confiança criada pelas forças da UNOCI

Unidas. Seu efetivo militar atual é estimado em 22.000 soldados.³⁰

As forças do governo contavam também com certo número de soldados milicianos, que atuavam no Sul e no Oeste do país. Dentre estes, pode-se citar o *Group of Patriots for Peace* (uma coligação de 6 milícias), o *Front for the Security of the Centre-West* (FSCO), *Front for the Liberation of the Great West* (FLGO), e o grupo de *Young Patriots* - uma coligação de movimentos estudantis aliados ao governo. Além disso, milícias urbanas que atendiam pelos nomes de *Bees*, *Gazelles*, *Ninjas* e *Panthers* também tiveram ação relatada, principalmente nos relatórios de ONGs como a *Human Rights Watch*. Os *Young Patriots*, com o passar do conflito, tomaram atitudes violentas e se tornaram um impecílio ao governo. Sua força inicial foi anunciada em 25.000 soldados, embora autoridades

ocidentais estimem um número bem inferior, de 13.000 soldados. Quando interrogados, o *Group of Patriots for Peace* (GPP), reivindicou ter cerca de 60.000 homens à seu serviço, incluindo 15.000 atuando em Abidjan - quando oficiais de organizações internacionais estimaram o número em cerca de 6.000. Em 2008, os membros da FLGO disseram estar se desarmando em respeito à tentativa de paz. Acreditava-se que o número total de milícias era de cerca de 31.000 em toda a área controlada pelo Governo.³¹

No tocante à forças estrangeiras, houve relatos de mercenários sul-africanos, britânicos e franceses empregados pelo governo. Alegadamente, a Angola forneceu tropas e equipamentos ao governo. Mercenários de países vizinhos que também passavam por guerras entravam no país lutando por qualquer

partido que lhes pagassem mais, devido principalmente ao problema das fronteiras porosas e falta de fiscalização. O crescente número de milicianos atravessando as fronteiras, principalmente do Oeste do país nas fronteiras entre a Costa do Marfim e a Libéria, fez com que os militares da UNOCI aumentassem o patrulhamento na região.³² O uso de policiamento conjunto, baseando-se em forças tanto da UNOCI quanto da França, também foi utilizado duran-

te o período medial do conflito.

CONCLUSÃO

Em um período final ao conflito de 2011, os relatórios emitidos pelo Secretário Geral citam que o presidente reeleito da Costa do Marfim, Alassane Ouattara, continuou a fazer progressos em sua busca por reconciliação nacional. O país foi, em 2015, removido da lista de países examinados pelo Representante Especial para Crianças

e Conflitos Armados, embora importantes desafios – como a reconstrução da confiança e da identidade nacional, assim como redução dos índices de violência – ainda fossem observados.

O relatório S/2017/89, de 31 de janeiro de 2017, foi o último produzido pelo Secretário Geral das Nações Unidas no tocante à UNOCI, e apontou que os principais objetivos do mandato haviam sido alcançados. No caso dos direitos humanos, houve uma bruta redução do número de casos documentados pela ONU entre 2011 e 2016, caindo de 1.726 casos documentados em relatórios de 2011 para 88 casos entre 1 de abril de 2016 e 15 de janeiro de 2017.³³

O conflito na Costa do Marfim foi motivado por razões políticas, mas os líderes dos movimentos beligerantes se utilizaram de ressentimentos étnicos para levantar movimentos xenófobos no país. O envolvimento da Organização das Nações Unidas na Costa do Marfim por meio da MINUCI, e posteriormente da UNOCI, teve ação primariamente paliativa ao longo do conflito, se concentrando na contenção de crises dentro de suas áreas de atuação. Pode-se, entretanto, reconhecer o trabalho da organização no fomento do *peacebuilding* efetuado, principalmente por meio do fortalecimento das instituições na Costa do Marfim e da execução de campanhas de conscientização de direitos humanos, fundamentais para a manutenção da paz. Apesar da operação de paz da ONU ter sido encerrada em janeiro, a situação continua volátil. A região ao redor da Costa do Marfim permanece violenta. Tendo em vista as dinâmicas regionais que influenciam nas questões internas dos Estados, a instabilidade dos vizinhos pode ter resultados na Costa do Marfim, caso os progressos obtidos nos últimos anos com a ação internacional não sejam mantidos.

SGTI Paul R. Caron, USAF



Soldado nigeriano do Economic Community Military Observation Group (ECOMOG)

- ¹ Discente do Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Marília, membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Conflitos Internacionais e bolsista PIBIC/CNPq.
- ² OGUNMOLA, Dele; BADMUS, Isiaka Alani. Política Etnorreligiosa, Conflito Intra-estatal e o Futuro da Democracia na Costa do Marfim. *Contexto Internacional*, 26/02, pp. 395-430, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292004000200005>. Acesso em 09 set. 2016.
- ³ *Idem*, p. 397.
- ⁴ *Idem*, p. 398.
- ⁵ *Idem*, p. 399.
- ⁶ WOODS, Dwayne. The tragedy of the cocoa pod: rent-seeking, land and ethnic conflict in Ivory Coast. *The Journal of Modern African Studies*, 41, pp. 641-655, 2003. DOI: 10.1017/S0022278X03004427. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-modern-african-studies/article/the-tragedy-of-the-cocoa-pod-rent-seeking-land-and-ethnic-conflict-in-ivory-coast/0BC296AE5413C02D81255DF2FE1356A7>>. Acesso em 09 set. 2016.
- ⁷ *Idem*, p. 644.
- ⁸ *Idem*, p. 649.
- ⁹ Partido político fundado em 1983 por Laurent Gbagbo.
- ¹⁰ OGUNMOLA; BADMUS, op.cit., p. 399.
- ¹¹ BAH, Abu Bakarr. Democracy and Civil War: Citizenship and Peacemaking in Côte D'Ivoire. *African Affairs*, 109/437, pp. 597-615. DOI: 10.1093/afraf/adq046. Disponível em: <<http://afraf.oxfordjournals.org/>>. Acesso em 09 set. 2016.
- ¹² *Idem*, p. 600.
- ¹³ *Idem*, p. 599.
- ¹⁴ Fundado pelo sargento Félix Doh após os acordos de Marcoussis, tinha cerca de 6000 membros e visava vingar a morte do General Robert Guei e depôr o governo eleito.
- ¹⁵ Comandado por Gaspard Déli, contava com cerca de 250 combatentes. Depois de um acordo de paz em 2004, reverteu-se em um partido político.
- ¹⁶ Criada em maio de 1975 pelo Tratado de Lagos, a CEDEAO (ECOWAS) é um grupo de 15 países africanos cujo mandato é promover a integração econômica em todas as áreas de atividade dos Estados-membros.
- ¹⁷ ARMED Forces of the Forces Nouvelles (FAFN). *Global Security*. K. Jun. 2015. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/world/africa/iv-army-fafn.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2017.
- ¹⁸ WASHINGTON POST. *Ivory Coast strongman arrested after French troops intervene*. 11 abr 2011. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/ivory-coast-strongman-arrested-after-french-forces-intervene/2011/04/11/AFOBaeKD_story.html>. Acesso em 10 out. 2016.
- ¹⁹ ECOWAS: Disponível em: <<http://www.ecowas.int/>>. Acesso em: 09 Feb. 2017.
- ²⁰ UOL. *África do Sul Tenta Retomar Processo de Paz na Costa do Marfim*. 2005. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2005/03/27/ult1808u37220.jhtm>>. Acesso em: 10 mar. 2017.
- ²¹ KIRWIN, Matthew. The Security Dilemma and Conflict in Côte D'Ivoire. *Nordic Journal of African Studies*, 15/1, pp. 42-52. Disponível em: <<http://www.njas.helsinki.fi/pdf-files/vol15num1/kirwin.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2016.
- ²² UN. S/2004/03. New York, 6 Jan. 2004. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2004/3>. Acesso em: 01 Mar. 2017.
- ²³ UN. S/RES/1479. New York, 13 May 2003. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N03/357/86/PDF/N0335786.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 10 Set. 2016;
- ²⁴ UN. S/RES/1514. New York, 13 Nov. 2003. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N03/612/00/PDF/N0361200.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 10 Set. 2016.
- ²⁵ UN. S/RES/1527. New York, 4 Feb. 2004. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/229/34/PDF/N0422934.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 10 Set. 2016.
- ²⁶ COPNALL, James (Org.). Ivory Coast's zone of no-confidence. *BBC News*. Ivory Coast. Abr. 2005. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/4556335.stm>>. Acesso em: 10 Mar. 2017.
- ²⁷ UN. S/RES/1528. New York, 27 Feb. 2004. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/253/20/PDF/N0425320.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 10 Set. 2016.
- ²⁸ UN. UNOCI: *United Nations Operation in Côte d'Ivoire*. 2017. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/unoci/>>. Acesso em: 10 Mar. 2017, tradução nossa.
- ²⁹ MAHONEY, Rob. *Country on a Precipice: The Precarious State of Human Rights and Civilian Protection in Côte D'Ivoire*. New York: Human Rights Watch, 2005.
- ³⁰ IVORY Coast Mutiny: Government announces deal with soldiers. Government announces deal with soldiers. *BBC*. Abidjan, p. 0-1. 15 maio 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-39920149>>. Acesso em: 10 Jul. 2017.
- ³¹ MAHONEY, op. cit., p. 3.
- ³² UN. S/RES/2062. New York, 26 Jul. 2012. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2062\(2012\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2062(2012))>. Acesso em: 20 Nov. 2016.
- ³³ UN. S/2017/89. New York, 31 Jan. 2017. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2017/89>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

Série Conflitos Internacionais é editada pelo Observatório de Conflitos Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP) - Campus de Marília - SP

Editor: Prof. Dr. Sérgio L. C. Aguilár
Layout: Paula Schwambach Moizes
ISSN: 2359-5809
Comentários para: oci@marilia.unesp.br
Disponível em: www.marilia.unesp.br/#oci

Série Conflitos Internacionais mais recentes:

Conflito no Iêmen, o caso Huti V. 3, n. 2
Grupos não estatais geradores de conflitos: Síria, Iraque, Somália, Nigéria, Líbia e Mali V. 3, n. 3
Segurança e terrorismo na Europa V. 3, n. 4
O conflito armado em Darfur - Sudão V. 3, n. 5
A Somália e o Al Shabaab V. 3, n. 6
A questão curda V. 4, n. 1
O atual conflito no Sudão do Sul V. 4, n. 2